

A Expo'98 de Lisboa: observar enquanto se realiza

CET/DAESR*

Resumo: A propósito de uma pesquisa em curso aborda-se, neste artigo, a questão da preparação da Exposição Internacional de Lisboa de 1998, enquanto projecto cultural e urbanístico. Discute-se a sua inserção no plano dos grandes eventos mundiais e no processo de urbanização de Lisboa, bem como o seu tratamento em termos de discussão pública, sendo apresentados resultados de um inquérito a observadores privilegiados relativamente a questões de enquadramento da realização da Exposição.

1. Nota de apresentação

No quadro de uma estreita cooperação científica e institucional, que se tem desenvolvido desde há cerca de vinte anos, o Departamento de Análise Económica e Social do Território do Instituto Universitário de Arquitectura de Veneza e o Centro de Estudos Territoriais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa têm presente-mente em curso um conjunto de acções de investigação sócio-urbanística em torno da futura realização da Expo'98 em Lisboa.

A generalidade dessas acções decorre de um projecto de investigação mais amplo, que tem em vista equacionar, do ponto de vista económico, sócio-urbanístico e político-institucional, a **Requalificação da Cidade de Lisboa e a Expo'98**. Na fase actual de desenvolvimento do referido projecto, uma das linhas de investigação, de natureza prospectiva, procura analisar o conjunto de procedimentos pluri-dimensionais, necessários à concretização do referido evento internacional e que pressupõe, por isso,

* CET/DAEST — Centro de Estudos Territoriais do ISCTE e Departamento de Análise Económica e Social do Território do Instituto Universitário de Arquitectura de Veneza, as duas organizações que desenvolvem, conjuntamente, um projecto de investigação sobre a Expo'98 em Lisboa (vd. Nota de Apresentação). Os textos que aqui se publicam são da autoria de Alexandra Castro, Francesco Indovina, José Luís Casanova e Vítor Matias Ferreira.

uma atitude de **Observar Enquanto se Realiza** aquele mesmo processo de implementação da Expo'98.

Por sua vez, esta linha de investigação está estruturada em torno dos seguintes eixos de pesquisa, a saber:

- Uma avaliação prospectiva e evolutiva das opiniões sobre o referido evento internacional, a partir de um **painel de observadores privilegiados**. Esta avaliação encontra-se já em curso (vd. adiante, análise de alguns dos primeiros resultados);
- Um **observatório** prospectivo, centrado na análise das transformações sócio-económicas e urbanas, decorrentes da realização daquele evento. Concretamente, são de três ordens os objectos analíticos a destacar: **a)** o património histórico da zona directa ou indirectamente abrangido pela Expo'98; **b)** os processos de renovação urbana e de reabilitação territorial entretanto desencadeados; **c)** o conjunto de infra-estruturas e de equipamentos necessários e/ou complementares à realização do referido evento internacional;
- Um **estudo comparativo**, ao nível dos procedimentos e das concretizações, envolvendo outros eventos internacionais, entretanto realizados, como sejam as exposições de Sevilha e de Génova;
- A organização de um **banco de dados**, envolvendo o conjunto de informações, documentos e estudos de vária natureza, produzidos a propósito da realização da Expo'98;
- Finalmente, prevê-se, ainda, a organização de um **arquivo de imagens**, ilustrando as diversas fases do processo de implementação da Expo'98, como instrumento de análise visual da respectiva investigação e do próprio evento internacional.

Os textos que aqui se publicam, de autoria colectiva de membros da equipa do projecto de pesquisa mais amplo atrás referido, procuram enquadrar algumas das questões tendencialmente polémicas sobre aquele evento internacional, sobretudo nas suas dimensões urbanas de problemática inserção na cidade e na metrópole de Lisboa. São, contudo, questões ainda introdutórias ao feixe de problemas que aquela manifestação política e cultural suscita e, como tal, deverão vir a ser aprofundadas à medida que o próprio projecto de investigação se desenvolva. Nessa medida, o último dos textos aqui incluídos apoia-se, fundamentalmente, nos primeiros resultados empíricos daquela investigação (discutidos a partir das respostas, ao primeiro questionário, do painel de observadores privilegiados — vd. adiante explicitação metodológica desta linha de pesquisa). Razão acrescida para titularmos o presente conjunto de textos com a própria designação desse observatório fundamental da investigação, precisamente «A Expo'98: Observar enquanto se realiza».

2. A Expo'98 de Lisboa e o impacte urbano na cidade

É já, hoje, uma ideia generalizada que Lisboa cresceu de costas viradas para o rio. Mas é menos comumente sublinhado que aquela expansão se deu, igualmente, de costas viradas para a sua zona oriental, se não mesmo contra ela. Não sendo maldição, julga-se, é significativo constatar que o processo de diferenciação urbana de Lisboa (à semelhança, curiosamente, de outras cidades europeias) se tenha repartido, também, nessa clivagem ocidente/oriente, expulsando para a segunda zona, ingratamente, uma boa parte da força motriz daquele processo urbano (indústrias e força de trabalho), procurando preservar, na primeira, uma condição urbana socialmente menos poluída!

É certo que aquele processo é historicamente identificável, sobretudo com o fim do século passado e o dealbar de Novecentos, através de uma progressiva acentuação, no tempo e no espaço, daquela dominação industrial e operária, a par daquele mesmo crescimento urbano. E se, nas últimas décadas, tem havido alguma desactivação industrial — mais por obsolescência produtiva, do que por intencional desindustrialização — a zona oriental tem suportado, desde os anos 60, a implantação massificada da dita habitação social, sinal forte de uma tendencial «vocação» claramente subalterna e suburbana do oriente de Lisboa. Mas, paradoxalmente, aquela zona oriental de Lisboa apresenta, ainda hoje, múltiplos sinais de outras vivências, de acentuada ruralidade, é certo, mas de inegável valor patrimonial, ainda que, em parte, em acentuado processo de degradação. Efectivamente, conventos, palácios e quintas pontuam aquele espaço, «restos» simbólicos de outras representações sociais naquela zona oriental, que não deixaram, contudo, de se constituírem como secundárias (de segunda ocupação) face a uma urbanidade que, primariamente a ocidente de Lisboa, procurava ganhar a própria cidadania.

Eis o quadro, ou melhor, a sua moldura, no interior da qual se tem vindo a depositar enormes expectativas. São, certamente, desmesuradas, tendo em conta o gigantismo da obra a fazer — que podemos designar, sucintamente, de requalificação social, ambiental e urbana da zona oriental de Lisboa — e a famigerada, mas sempre desconcertante, escassez de meios humanos, técnicos e financeiros. Mas, nos últimos tempos, aquelas enormes expectativas foram, uma vez mais, redobradas: com efeito, o projecto de realização, em 1998, de uma Exposição internacional no extremo daquela zona de Lisboa, não podia deixar de detonar essa nova esperança, dados os elevados valores de área de intervenção e de volume de empreendimento, envolvidos naquele projecto. E, obviamente, também, pelos efeitos

indutores de transformação urbana da cidade, que se julga venham a ser desencadeados a partir daquela mesma intervenção.

É sobre alguns destes efeitos urbanos na cidade que parece oportuno, na fase actual, tecer algumas considerações — tendo em conta, nomeadamente, a complementaridade deste texto com os restantes que o acompanham, componentes, ao fim e ao cabo, de um mesmo projecto de investigação, entretanto apresentado.

Discutir aqueles impactes da Expo'98 na cidade pressupõe admitir, desde logo, que a natureza e os objectivos daquele evento internacional acabam por determinar a produção urbana de uma «parte de cidade», muito para além, portanto, da própria efemeridade, ainda que espectacularmente importante, daquela mesma manifestação política e cultural. Nessa medida, é necessário discutir alguns daqueles efeitos urbanos «para além da Expo'98», isto é, a montante e a jusante do próprio projecto de realização daquele evento internacional. Ao fim e ao cabo, trata-se de discutir o modo como a Expo'98 se irá «agarrar» à cidade e, reciprocamente, as condições através das quais a cidade poderá vir a integrar, no seu tecido urbano, social e cultural, aquela mesma «parte de cidade».

Partimos, naturalmente, do pressuposto que aquelas questões só têm sentido se admitirmos que a realização da Expo'98 deverá ser, efectivamente, (mais) uma oportunidade e uma ocasião (no sentido das «cidades ocasionais» de F. Indovina, 1992), de relançamento do processo de requalificação social, ambiental e urbana da zona oriental. Um tal pressuposto não pode ser acusado de excessivo, a menos que tenhamos de concluir que são, igualmente, excessivos os objectivos de incidência urbana expressa e publicamente enunciados, desde o primeiro momento, pelos responsáveis da realização da Expo'98.

Nessa medida, diversas questões se colocam no desenvolvimento daquele pressuposto. Seríamos, desde já, algumas, em certa medida complementares, como dissemos, aos próprios comentários dos restantes textos aqui publicados. Três ordens de questões, que não pretendem, obviamente, esgotar a polémica, poderão ajudar-nos a sistematizar um pensamento, ainda muito introdutório, à própria problemática da inserção daquela «parte» da cidade, no «todo» urbano de Lisboa: desde logo, o conjunto de questões decorrentes da participação activa e crítica dos **actores**, directa ou indirectamente envolvidos naquela problemática; por outro lado, o próprio debate sobre a cidade do «fim do milénio» (tomando de empréstimo o título de uma outra obra de F. Indovina, 1990), no que isso implica de **confronto** da cidade no antes e no depois da Expo'98; finalmente, a própria avaliação dos **impactes** urbanos na cidade, sobretudo os que, manifestamente, têm uma incidência estruturante e estruturadora do futuro de Lisboa.

São três conjuntos de razões, não necessariamente estanques entre si, que apelam a respostas, não só dos responsáveis da Expo'98, mas dos cidadãos e das instituições da capital e da metrópole de Lisboa. Não seria exagero apelar, igualmente, a um debate nacional — desde que estivesse em questão, também, a própria noção de centralidade da capital do País, do exercício metropolitano dessa mesma centralidade, do papel político, cultural e simbólico da capital atlântico-mediterrânica da Europa, etc., etc. —, mas tais questões ultrapassam, de momento, o âmbito dos comentários aqui em causa, deixando-os, assim, em agenda para próximos desenvolvimentos.

Regressando às questões enunciadas, há que reconhecer que a generalidade dos actores em presença, sejam eles de natureza institucional (autarquias, nomeadamente) ou enquanto actores sociais (individuais ou colectivos), se encontram estranhamente ausentes — se não, mesmo, de papel invertido, transformados, assim, em simples espectadores daquela «peça» urbana em gestação. Não se discute a necessidade de uma entidade própria e relativamente autónoma assumir a prossecução de um determinado projecto urbano — pois que é essa, como vimos, a sua própria natureza territorial. Mas, exactamente porque é essa a sua natureza, o modelo institucional de implementação daquele projecto tinha que conter, ele próprio, os actores institucionais que actuam no espaço urbano e, neste caso também, no espaço metropolitano de Lisboa. Por outro lado, os próprios actores sociais, em geral, têm dificuldade em representar o seu específico papel de pleno direito e de exigido dever, enredando-se na mera espectacularidade que, inegavelmente, aquele projecto contém.

Tudo isto num clima geral de grande «apetência» pública pelos espaços ribeirinhos, em que o Estado se assume como promotor, não fundamentalmente dos equipamentos públicos necessários à progressiva superação da ruptura entre o rio e a cidade, mas como agente de valorização fundiária e de rentabilização imobiliária daqueles mesmos espaços ribeirinhos. O recente «plano» da Administração do Porto de Lisboa — que se apresenta como «plano de ordenamento do porto de Lisboa», mas em que a reestruturação da função portuária é, à escala territorial, diminuta, comparando-a, sobretudo, com a vastidão da área a ser «urbanizada» — constitui um exemplo eloquente destas novas funções «urbanas» que diversos sectores da administração pública têm vindo a protagonizar.

É certo que a intervenção na área envolvente da futura Expo'98 assume contornos institucionais e territoriais distintos, definindo-se, desde o primeiro momento, como uma operação que, em última análise, deve ser auto-financiadora dos seus próprios investimentos. Louva-se a limpidez e a assunção dos propósitos, mas há razões fundamentadas para recear os

custos reais — e não exclusivamente de ordem financeira — de uma operação que se realiza, economicamente, através das mais-valias fundiárias e imobiliárias decorrentes dessa mesma intervenção. Em todo o caso, é precisamente esta componente fundiária e imobiliária (trata-se, efectivamente, de uma componente singular, dada a forma como aquelas duas dimensões se encontram totalmente determinadas entre si) que deveria implicar um efectivo e dinâmico envolvimento dos actores, directa ou indirectamente participantes naquela produção de uma «parte» da cidade e no seu «cerzimento» urbano e metropolitano com a capital do País.

É inegável, por outro lado, que a urbanização desencadeada a partir da Expo'98 irá introduzir alterações significativas no sistema urbano-metropolitano de Lisboa. Mesmo uma visão mais pessimista daquela operação não deixa de admitir mudanças no actual equilíbrio funcional e estrutural — equilíbrio naturalmente instável — do respectivo território. O projecto urbano em causa, envolvendo uma área de intervenção superior a trezentos hectares de natureza poli-funcional e estruturada por alguns elementos que superam, claramente, o nível urbano e metropolitano (como é o caso da Gare do Oriente), não pode deixar de constituir algo de profundamente perturbador, para o melhor e para o pior, do conjunto daquele sistema sócio-territorial.

Razão acrescida para reabrir, desde já, um debate permanente sobre a cidade, pondo em confronto o antes e o depois da Expo'98, desencadeando, assim, uma avaliação progressiva sobre os «ganhos» e sobre as «perdas», permitindo a potencialização dos primeiros e eventual correcção das segundas. Tratar-se-ia, deste modo, em tornar mais pública e mais participada a discussão sobre o futuro do território urbano-metropolitano de Lisboa — o que exige mais e melhor informação qualificada sobre o projecto urbano em acto — recusando encerrar aquele debate em pomposas sessões «solenes» de exposição-audição ou, simplesmente, em meras sessões de «esclarecimento».

Como se compreende, esta segunda ordem de questões sobre a Expo'98 decorre, directamente, da anterior, fazendo intervir, naquela avaliação permanente, os actores sociais até então praticamente ausentes daquela «cena» expositiva. Mas, exactamente porque se trata de um confronto entre um antes e um depois (da Expo'98), aquela participação dos actores sociais no devir urbano e metropolitano de Lisboa, deverá estar instruída de uma capacidade real e de um poder efectivo de intervenção no próprio desenrolar do projecto urbano em causa. A criação de mecanismos flexíveis, pouco institucionalizados, veiculando a informação (quantitativa e qualitativa) e favorecendo o debate sobre aquele mesmo projecto urbano, poderia vir a multiplicar os «lugares» de polarização de ideias e de pro-

postas, não só de integração daquela «parte» na zona oriental de Lisboa, mas do próprio projecto de cidade que se prospecta para o século XXI.

Naturalmente, aquele debate não pode dispensar uma avaliação dos impactes mais estruturantes e mais estruturadores da cidade, decorrentes da intervenção na área da Expo'98 — e, deste modo, damos conta de um terceiro conjunto de questões problematizando a realização daquele evento internacional. Sendo um tanto arbitrário aquele ordenamento, justifica-se, contudo, que a presente avaliação seja feita no próprio quadro de mudança da Lisboa do «fim do milénio», como garantia suplementar sobre a própria natureza estruturante e estruturadora daqueles mesmos impactes.

Como é evidente, não se está propondo a realização de um estudo de impacto urbano e metropolitano da Expo'98 — dadas as reconhecidas limitações estratégicas e prospectivas desses mesmos estudos de impacto. Razão porque, independentemente dos estudos que possam ou devam ser feitos, as questões que, neste momento, se colocam são de ordem mais profunda, colocando como hipótese forte o papel determinante e/ou indutor que algumas das intervenções previstas para a área envolvente da Expo'98 (o que inclui, naturalmente, a própria exposição internacional) inevitavelmente terão na organização territorial e na dinâmica social e cultural do espaço urbano-metropolitano de Lisboa.

A título de exemplo, poderíamos citar, uma vez mais, o caso da futura estação inter-modal de transportes — a futura Gare do Oriente — situada a montante da actual estação ferroviária central de Lisboa (a estação de St.^a Apolónia) e posicionada para articular outros modos de transporte (como o rodoviário, o metropolitano, etc.). Constituirá, sem dúvida, uma infra-estrutura fundamental, de localização estratégica, mas que irá determinar uma exigente e necessária recomposição funcional, não só da mobilidade intra e inter-municipal, mas igualmente das acessibilidades urbanas, desencadeando, assim, um processo de reestruturação espacial, sobretudo da zona oriental do território metropolitano de Lisboa. Nestas condições, que fazer do troço entre a antiga e a nova estação ferroviária? Reconvertê-lo, do seu actual papel nacional e internacional, num troço urbano, eventualmente de serventia metropolitana? E neste último caso, a respectiva infra-estrutura seria de superfície ou subterrânea? E, sendo enterrada, não será de admitir que a CP venha a apresentar um «plano de urbanização» daquele eixo, nomeadamente para justificar os custos da respectiva reconversão? Tudo questões (como as cerejas...) que poderíamos continuar a formular, não de um modo sistemático, mas simplesmente para ilustrar os múltiplos impactes que aquela operação pode vir a desencadear.

E, naturalmente, poderíamos continuar a multiplicar os exemplos, nomeadamente sobre o esquema viário que vai ser implantado na zona

oriental de Lisboa, sobre a nova travessia do Tejo — com a decisão altamente polémica que se conhece... — sobre a necessidade de complementarizar no espaço e no tempo, a zona da Expo'98 com a zona histórica e cultural de Belém, para não falar de momento, da importante «oferta» de espaços residenciais e de serviços na zona envolvente da Expo'98 que, entre outros efeitos, está já desencadeando uma «procura» de equipamentos de ensino e de natureza cultural a instalar na zona oriental de Lisboa.

Repete-se que os exemplos, um pouco a eito, sómente pretendem sublinhar que os impactes na cidade, determinados pela Expo'98, serão múltiplos, de forte intensidade, dado o efeito cumulativo entre si, e cujas consequências na organização territorial, no sistema urbano-metropolitano e na própria imagem da Cidade, estão longe de serem minimamente identificáveis, não só na sua singularidade, sem dúvida decisiva, mas sobretudo na sua configuração sinérgica, determinando, assim, um amplo processo de mudança espacial, ambiental e social daquele mesmo território. Ao fim e ao cabo, a única questão que, neste momento, parece pertinente é, precisamente, a de averiguar para onde vai esse processo de mudança...

3. As exposições internacionais e a Cidade do “fim do milénio”

Nos últimos anos, mais do que no passado, alguns «eventos extraordinários», caracterizados por um usufruto de massas, têm assumido um papel fundamental determinando a transformação de algumas cidades e de algumas organizações territoriais. Por exemplo, este papel foi desempenhado por alguns acontecimentos desportivos (os Jogos Olímpicos ou o Campeonato Mundial de Futebol) e algumas manifestações feirísticas (as exposições internacionais ou universais). Papel semelhante, mas de impacte diferente, tiveram as iniciativas relacionadas com a valorização (restauro, reutilização, etc.) de edifícios históricos, principalmente se inseridos num «sistema» (por exemplo, museo-expositivo).

Também no passado isto se verificou, e tais acontecimentos constituíam momentos de inovação urbana; refira-se apenas as grandes Exposições internacionais da indústria e da técnica do século passado. Os efeitos de transformação, no entanto, tiveram um carácter mais pontual que geral, pense-se nos grandes pavilhões feirísticos, que apenas de uma forma limitada intervinham no «sistema urbano».

Nos nossos dias, principalmente pelo efeito da grande «afluência» de público, espontânea (ligada ao turismo de massas) ou induzida (em que

a grande afluência deveria permitir «ganhos» económicos), tais intervenções assumem dimensões sempre maiores e tendem a condicionar (directa ou indirectamente) a totalidade da organização urbana e diversos sectores funcionais da cidade e do território (antes de mais, os transportes mas não exclusivamente).

Todavia, aquela que parece mais relevante é a alteração do papel atribuído a essas manifestações. Enquanto que anteriormente era, sobretudo, senão mesmo exclusivamente, o conteúdo do evento (o confronto tecnológico, por exemplo) que determinava a decisão da sua realização, de que decorriam efeitos de transformação urbana, actualmente, cada vez mais, é a possibilidade de se operarem transformações urbanas através do evento, e já não do seu próprio conteúdo, que determinam no decisor político (e económico) a escolha pelo evento extraordinário. Deste ponto de vista, uns Jogos Olímpicos, um Campeonato Mundial de Futebol ou uma Exposição Universal estão num mesmo plano e as «cidades» (mundiais) entram em concorrência pela sua organização.

É exactamente a nova dimensão de massas destas manifestações, um certo abrandamento no crescimento das grandes cidades (em termos de população, não de poder), a transferência de grandes complexos industriais com a «libertação» de grandes áreas urbanas e, ainda, a necessidade de inovar na organização urbana determinada pelos novos mecanismos económicos (internacionais e nacionais) e também pela difusão de novas tecnologias produtivas e da vida quotidiana, que levaram à convicção, no decisor público, de que tais eventos constituiriam uma *oportunidade necessária* para realizar transformações urbanas e territoriais, enquanto os operadores económicos os interpretam como grandes *ocasiões para negócios* (e, neste sentido, providenciam a sua realização).

Avança-se a hipótese de que tal mudança de ponto de vista, digamos assim, possa determinar dois efeitos: por um lado, a ausência de qualquer relação funcional entre o evento e a cidade hospedeira; por outro, as transformações urbanas e territoriais induzidas pela realização do evento poderiam ser determinadas mais pelas suas próprias necessidades do que pelas da cidade. Esta segunda hipótese parece ter maior relevo, ainda que determinando efeitos perversos. Neste caso, as transformações da cidade resultariam muito mais da ocasionalidade e da parcialidade do que consequência de um desenho estratégico. Acresce, ainda, que tais preocupações decorrem da óbvia consideração que intervenções deste género activam grupos de fortes interesses de molde a influenciar pesadamente a decisão pública, exercendo um forte impulso não tanto na inovação urbana ou na refuncionalização de um espaço territorial, mas antes na valorização imobiliária. Feitas tais considerações, não se pode ignorar

que, no entanto, a realização de tais eventos têm modificado o processo de transformação urbana e territorial, a nível dos métodos, dos procedimentos decisórios, dos papéis entre os diversos actores e interesses. Se para melhor ou pior, apenas se poderá avaliar com base no resultado final de conjunto; deste ponto de vista, parece poder dizer-se que, em geral, os aspectos negativos parecem superar os positivos. Observe-se, contudo, que não estão ainda disponíveis investigações aprofundadas.

Aquelas inovações e modificações referem-se, fundamentalmente, aos seguintes âmbitos:

- A dotação e organização de alguns serviços (transportes, acima de tudo), a articulação da «centralidade» urbana, a «estética» da cidade e o seu «mobiliário». Trata-se de intervenções, muitas vezes de «melhoramento», mas que ao mesmo tempo acentuam as diferenças espaciais (funcionais e sociais). A atenção particular à estética urbana (que não se contesta) tende a ofuscar a consideração que a qualidade urbana é uma questão *também* de forma, mas estreitamente integrada na funcionalidade dos serviços e no clima social;
- A relação público-privado. Quanto maior e com carácter de «difusão» é o evento, maior será a «colaboração» entre público e privado e maior será o envolvimento do capital privado. A necessária garantia de rentabilidade para os privados determina o aparecimento de formas «excepcionais» nesta relação. Formas excepcionais que podem implicar aspectos financeiros (em termos de facilidades de crédito e benefícios fiscais ou de verdadeiras «garantias de rentabilidade», com eventuais intervenções públicas correctivas), aspectos processuais e normativos por forma a permitir a aceleração dos tempos de realização (estas obras realizam-se sempre com um carácter de urgência) ou a reduzir os seus custos (menor controlo, procedimentos excepcionais, derrogação das normativas urbanísticas, etc.);
- A regulação das relações de colaboração (ou até de conflito) entre diversas instituições públicas (frequentemente, governo central e governo local) que exprimem exigências diversas e não coincidentes. É muito frequente o governo central, ainda que em desacordo com o governo local, introduzir derrogações ou limitações às normas e procedimentos vigentes. A questão é relevante porque induz uma confusão de papéis, de resultados não positivos também na gestão da «normalidade».

Vale a pena isolar, ainda que anteriormente as tenhamos junto com os outros aspectos, as modificações que são introduzidas nos procedimentos relativos aos instrumentos urbanísticos, à sua validade e implementação. É exactamente o próprio carácter de emergência, tendo em conta os cur-

tos prazos de realização, que «explica» (mas não justifica, até porque, muito frequentemente, a emergência temporal é um resultado «desejado») uma forte pressão da parte de quem (se se trata de um operador público ou privado é indiferente deste ponto de vista) deve realizar a obra por forma a atingir-se uma moratória *dos vínculos e das regras*.

Poderíamos admitir que as obras realizadas por ocasião destes eventos seriam reutilizadas para fins diversos (este aspecto é mais relevante quando se trata de construções para as exposições). Esta questão implica diversos aspectos.

O primeiro, de «política geral», exprime um tipo de frustração da cidade: nos edifícios libertados da exposição, localizar-se-á, quase sempre, um «pólo tecnológico» ou um «parque científico» ou algo de muito semelhante. Como se o surgir destas estruturas, às quais se confia o destino da cidade, fosse impedido pela não disponibilidade de estruturas edificadas com esse objectivo e não pelas carências económicas, científicas e tecnológicas de ordem geral. Frequentemente, esta hipotética «reutilização» resulta muito parcial, quando não absolutamente inexistente, para poder atribuir o facto ao acaso e não à imprevidência.

Desta forma, e trata-se do segundo aspecto, a imprevidência refere-se quer a uma muito sumária análise da «procura» que poderia dirigir-se para tais edifícios, quer a um desenho apropriado dos edifícios, de modo a poderem ser reutilizados, quer a uma planificação, por forma a converter o «lugar» do evento de modo *integrado* na cidade, independentemente do sistema de transportes.

No fundo, nem sempre se realizam as expectativas em termos de «recidiva» geral sobre a cidade (especificamente na sua base económica); sobretudo, quando estas recidivas se assumem como um resultado seguro, dependente da realização do «evento», e não como qualquer coisa a construir e projectar desde o início, e ainda para superar eventuais discrepâncias entre a inovação eventualmente introduzida e a situação da cidade.

Em época mais recente, tendo em conta este facto, tende a localizar-se no interior do espaço destinado ao evento extraordinário um ponto focal de atracção permanente (um teatro, um museu, um aquário, etc.), de modo que tal estrutura seja um elemento de solicitação da integração (através dos fluxos) do «lugar» com a cidade e constitua um factor de activação também económica. É demasiado cedo e dispõe-se de poucos «casos» para verificar se tal «inserção» constitui, de facto, um elemento de atracção e de integração positiva.

Pode ainda observar-se, como elemento de relevo, que as inovações introduzidas no plano normativo e dos procedimentos, constituem não tanto elementos excepcionais, mas que tendem a ser inseridos no governo

«normal» das transformações da cidade e do território. Não existe um *corpus* já formalizado e padronizado de normas e procedimentos para a gestão destes eventos excepcionais e ainda menos para a sua inserção na gestão da «normalidade»; todavia, em várias ocasiões pode ceder-se a uma forte tentação de exaltar a «velocidade» de realização e, conseqüentemente, os procedimentos relativos («excepcionais»), ao invés de uma «forte» reflexão sobre o governo das transformações urbanas, premiando os aspectos parciais (de uma obra, de um local, de uma intervenção, etc.) em vez de prestar atenção aos elementos de integração, de interdependência e de globalidade urbana. Trata-se de perigos, mais ou menos relevantes, consoante a situação institucional de cada país.

Sob esta perspectiva, o estudo dos mecanismos activados pela realização de eventos excepcionais revela-se interessante em dois planos:

- Para as realizações concretas e inovações ocorridas, em diversos campos;
- Para os resultados relevantes que tais inovações podem ter a nível da «gestão» da cidade e do governo das suas transformações, para além de inovações, inclusivé nas disciplinas que se ocupam da cidade.

Em geral, os estudos sobre as inovações introduzidas pela realização e gestão de eventos excepcionais são baseados na «reconstrução» *ex-post* dos mecanismos activados. Este procedimento de investigação centraliza a atenção sobre objectos, procedimentos, actos, etc., consolidados e concluídos: isto constitui, sem dúvida alguma, uma grande vantagem, mas, simultaneamente, não permite apreender o processo de formação das decisões, as incertezas, os reequacionamentos, etc., que ocorrem em operações como estas, frequentemente muito complexas. Esta insuficiência da análise do processo constitui um elemento de empobrecimento interpretativo. O desenvolvimento do projecto «Expo'98 — Observar Enquanto se Realiza» tem, de algum modo, o objectivo de superar aquelas insuficiências.

4. Opiniões e preocupações sobre a Expo'98 — resultados de um inquérito a observadores privilegiados

Um elemento de relevo na condução desta investigação é constituído por um questionário aplicado a um painel de informadores privilegiados. Trata-se de registar um conjunto de testemunhos de observadores analiticamente distribuídos por diversas categorias sociais, tais como dirigentes políticos, especialistas técnico-científicos, personalidades ligadas às artes e letras, representantes de instituições e jornalistas.

Importa sublinhar que não se pretende reter respostas de especialistas sobre questões técnicas, mas antes de uma opinião geral sobre questões particulares.

No sentido de conseguir abarcar a maior diversidade de posturas, garantindo sempre a familiaridade com o tema em observação, estas categorias foram, depois, internamente aleatorizadas¹.

Com a constituição deste painel pretendia-se, explicitamente, não abranger os próprios protagonistas do processo decisório da Expo'98, mas sim personalidades que pelo papel e posição que desempenham na vida da cidade assumem funções articuladas no contexto desta investigação:

- Pelo seu estatuto e papel cultural, as suas «opiniões» revestem-se de especial relevância.
- As suas opiniões são relevantes porque, em geral, contribuem para influenciar a «opinião pública» e o «senso comum» sobre questões singulares.
- Exactamente porque contribuem (directa ou indirectamente) para formar o «senso comum», podem ser considerados, em lato senso, terminais sensíveis da opinião pública (sem que isto signifique atribuir às suas opiniões um valor geral).

Operando em diversos sectores, constituem um testemunho do fluxo (quantitativo e qualitativo) de informações transmitido pela entidade responsável pela Expo à opinião pública.

Partindo de um conjunto internamente diferenciado, estes testemunhos são válidos tanto colectiva como individualmente. A divulgação dos resultados do inquérito persegue, precisamente, essa dupla expressão, retendo regularidades, mas também contributos individuais.

A importância da colaboração dos membros do «painel» reside no facto de se estudar e discutir a Expo'98 exactamente durante o período da sua preparação e realização. O que significa:

- Discutir temas de actualidade, capazes de interessar a opinião pública e influenciar o processo decisório, colocando tal reflexão num procedimento de investigação autónoma;
- Promover o debate, através da opinião de tais personalidades, a partir do «juízo» sobre uma obra em curso e sobre a sua realização;
- Um contributo para individualizar o percurso através do qual se estabelece (ou não) o consenso relativamente à operação, na sua complexidade;
- Um contributo, igualmente, para medir as variações nas opiniões em função das realizações, do processo informativo e de outros eventos finalizados aquando da realização da Expo'98.

O «painel» funciona, pois, simultaneamente, como elemento de recolha de opiniões, de «controlo» dos dados da investigação e de sugestão de temas a aprofundar.

O grupo de investigação, cada seis meses, submeterá ao «painel» de informantes privilegiados, sob a forma de questionário escrito, um conjunto de perguntas (em média quatro ou cinco) sobre aspectos gerais ou, também, sobre questões particulares (mas nunca de natureza técnica em sentido estrito) que emergem da investigação ou do debate sobre a realização da Expo'98.

O primeiro questionário² continha quatro questões que implicavam uma reflexão por parte dos entrevistados sobre determinados aspectos que, necessariamente, advêm da realização da Expo'98. Pedia-se, então, aos entrevistados que: 1) pesassem as vantagens e as desvantagens da realização da Expo'98, quer para Lisboa e sua área metropolitana, quer ao nível nacional e internacional; 2) relacionassem o processo em curso, com vista à implementação da exposição, com o possível sucesso da iniciativa; 3) reflectissem sobre o local escolhido para a concretização do evento; 4) apontassem soluções sobre o destino a dar ao conjunto edificado, após as manifestações e eventos da Expo'98.

Entre as respostas analisadas, aquela onde se regista uma maior concordância é a que se refere ao local escolhido para a implementação da Expo'98, concordância esta que fica a dever-se, por exemplo, ao facto de não se vislumbrar «(...) alternativa espacial no interior do perímetro da cidade que, por força de um evento desta natureza, pudesse vir a beneficiar tão largamente do processo de recuperação e requalificação que se prevê»³.

Existem, porém, algumas opiniões contrárias a essa decisão. A maioria dos observadores que exprimiram uma atitude negativa quanto ao local escolhido, aponta como razões da sua discordância o facto desta área estar desprovida de infra-estruturas, implicando grandes investimentos num curto espaço de tempo e, segundo um dos inquiridos, «(...) custos desproporcionados para o resultado local a obter (...)».

Para estes observadores o local por excelência seria a zona Ocidental (zona de Belém-Pedrouços ou o triângulo constituído pela Torre de Belém, Jerónimos e capela de S. Jerónimo), pelo facto de apresentar maiores potencialidades de ligação ao centro histórico e «(...) onde um plano já estava em curso de implementação em ritmo considerável e onde se poderiam integrar muitos elementos urbanos e instalações já feitas. Evitar-se-ia abandonar um empreendimento a meio, antes de se atingir o nível a que passaria a ser rentável, e recomeçar outro noutra sítio, possivelmente para também não se ser capaz de o levar a bom termo».

Em contraponto a este relativo consenso quanto ao local da Expo'98, a maioria dos observadores demonstra um certo pessimismo em relação ao possível sucesso da iniciativa, baseando esta atitude em possíveis dificuldades situáveis ao nível da gestão e planeamento (sobretudo por se apontarem atrasos no projecto ou porque o tempo disponível para a concretização parece insuficiente) e também no défice de informação, debate e participação: «Pouca transparência, ausência de estruturas que permitam a participação da população da zona, dificuldade de antever se existe um processo coordenado dirigido ou decisões dispersas e imediatistas.»

Embora apenas um número diminuto de entrevistados tenha justificado a sua atitude pessimista com razões que se enquadram ao nível do processo de decisão e dos efeitos em termos culturais, artísticos e científicos («nomeadamente pela secundarização da vertente projecto cultural»), existe aqui uma concentração significativa de propostas com vista àquela implementação com sucesso. Segundo um dos inquiridos, para minorar inconvenientes surgidos da «(...) má articulação entre o projecto Expo'98 e as opções estratégicas do PDM de Lisboa e os dos concelhos vizinhos (...)» uma das soluções apontadas seria «(...) proceder a uma radical alteração do modelo institucional da Expo'98 — dando mais poderes aos municípios directamente envolvidos e à Junta Metropolitana de Lisboa — e reformular os processos de decisão quanto às opções de investimento, sua periodização e encadeamento, tendo em conta modelos de análise de efeitos e de sensibilidade a soluções alternativas».

A atitude optimista baseia-se, sobretudo, numa apreciação mais positiva do processo em curso em termos de informação, planeamento e decisão. «Do ponto de vista da arquitectura houve um pontapé de saída com óptimos resultados: o concurso de ideias.» No que toca ao planeamento e decisão «não obstante o já muito apertado calendário para a elaboração de projectos e execução das respectivas obras» considera-se de bom augúrio o facto de estarem «(...) resolvidos os processos de transferência de instalações, expropriações e indemnizações (...)».

No que respeita, especificamente, ao balanço vantagens/desvantagens quer para Lisboa e sua área metropolitana, quer nos planos nacional e internacional, é possível verificar que são referidas, pela maioria dos entrevistados, mais vantagens que desvantagens com a realização da Expo'98, o que denota um relativo optimismo global.

É de referir que o peso das referências a vantagens e desvantagens concentra-se, sobretudo, em Lisboa e na sua área metropolitana, o que poderá ficar a dever-se a uma maior visibilidade e a uma possível maior intensidade dos impactes da Expo'98 neste território. Salienta-se, ainda,

que a Expo'98 sugere aos observadores inquiridos um maior número de referências a vantagens ao nível internacional do que nacional.

Em certos domínios — actividades económicas e emprego, estruturação do território e gestão e planeamento — sobressaem mais os riscos do que as expectativas positivas quer para Lisboa e Área Metropolitana, quer para o País.

Nota-se que os problemas relativos à gestão e planeamento aparecem com maior peso ao nível das referências a desvantagens da realização da Expo'98, o que indica que, na opinião dos observadores privilegiados, em termos de medidas de âmbito político tais como o financiamento público e a gestão do território, este evento apresenta riscos consideráveis.

Na análise das respostas específicas em termos de vantagens/desvantagens registaram-se os seguintes resultados.

No que diz respeito às vantagens da realização da Expo'98 para a cidade e região metropolitana destacam-se, consideravelmente, os aspectos ligados com a estruturação territorial, salientando-se aqui o desenvolvimento das infra-estruturas com a consequente melhoria das acessibilidades, a redução de assimetrias, bem como a criação de novas centralidades e o alargamento da zona ribeirinha, contrariando, assim, «(...) o perverso crescimento da cidade para o interior».

Com igual peso sobressaem ainda as vantagens ao nível das intervenções urbanísticas (intervenções que conduzem à reconversão urbana, à reabilitação urbana e à recuperação do património edificado) e do ordenamento territorial, destacando-se a criação de novos equipamentos e a conquista de «(...) uma ampla frente de rio para o usufruto da cidade e dos seus habitantes (...)». Enquanto vantagem em termos culturais e científicos, cite-se a potencial «rentabilização do 'acontecimento' na perspectiva de uma política cultural de desenvolvimento que seja também uma política de desenvolvimento da cultura».

No que toca às desvantagens para a cidade e região metropolitana, o maior peso recai sobre os temas relacionados com a gestão e planeamento. A maior incidência encontra-se na preocupação relativa ao desvio de investimentos públicos, em detrimento de outras áreas a serem requalificadas. Os problemas relacionados com a utilização futura daquilo que for edificado e uma intervenção eventualmente mal planeada, bem como os custos a suportar, são os outros temas mais apontados pelos observadores.

Os problemas relativos ao ordenamento urbano aparecem, também, como relevantes entre os observadores, sendo de referir, sobretudo, os riscos que a realização da Expo'98 pode ter no agravamento dos problemas urbanos em termos de exclusão social e de criação de mais uma área periférica, bem como a concentração de obras nos próximos anos. Um

risco particular apontado deve-se ao «(...) abastecimento através do trânsito de camiões-tanques entre Sines e Lisboa — (...) solução caótica do ponto de vista do tráfego, no acesso e dentro da cidade, e perigosíssima, do ponto de vista de eventuais desastres».

Uma das eventuais desvantagens da Expo'98 será o facto da transformação urbana implícita «(...) poder constituir uma operação de cosmética e de renovação urbana especulativa de elevados custos, desinserida de um processo integrado de planeamento na área metropolitana e na cidade, face à elevada complexidade dos problemas a solucionar, ao curto espaço de tempo para a sua resolução e à escassez de meios financeiros». Em termos de emprego alerta-se para a «(...) destruição de 20 mil dos iniciais 25 mil postos de trabalho existentes na zona, o que fazia desta a maior concentração industrial da AML, sem que os futuros postos de trabalho a criar compensem os que se perderam».

Para as vantagens ao nível nacional, o maior peso recai sobre o desenvolvimento cultural e científico, a estruturação do território e as actividades económicas e emprego. A «(...) criação de estímulos para a comunicação artística, cultural e científica nacional (...)» bem como a «eventual criação de um pólo de investigação e desenvolvimento tecnológico (...)» são algumas dessas vantagens explicitadas no âmbito cultural e científico. Outra vantagem aqui referenciada é «o reforço da capitalidade de Lisboa e a necessária melhoria das acessibilidades das diferentes cidades do país à capital».

Entre as desvantagens, a nível nacional, da realização da Expo'98, são destacadas a acentuação da assimetria entre Lisboa e o resto do País (questão controversa, já que, como vimos atrás, o reforço da capitalidade é apontado como benéfico) e a concentração de investimento em Lisboa, bem como os riscos que podem surgir de um investimento excessivo para as necessidades e possibilidades do País.

Ao nível internacional, as maiores vantagens da realização da Expo'98 serão em termos de imagem pública, sobretudo pelas consequências que este evento pode trazer na projecção e divulgação de Lisboa e Portugal no estrangeiro. Também em termos de desenvolvimento cultural e científico, onde se destaca a divulgação das particularidades dos portugueses e do papel de Portugal na história. Segundo um dos inquiridos, a Expo'98 «(...) potencializa a importância estratégica da capital e concomitantemente do país, através da atribuição de um lugar no edifício internacional, como precursor na defesa de uma causa de interesse mundial: a preservação e salvaguarda dos oceanos e da ecologia marinha. Com o apoio da UNESCO, fica para já a proposta de fazer de 1998 o Ano Internacional dos Oceanos e a perspectiva de transformar Lisboa num centro de investigação oceanográfico a nível mundial».

Em comparação com os restantes níveis, é ao nível internacional que as desvantagens na realização da Expo'98 quase não têm significado. Verifica-se apenas que um observador duvida da alteração significativa da imagem de Portugal no mundo, enquanto outro alerta para a existência de dificuldades na «(...) exploração de campos temáticos, onde existe competitividade».

Como resultado global destes dois últimos conjuntos de respostas é, pois, de assinalar uma preocupação dominante com a gestão e planeamento do processo de realização da Expo (nomeadamente, no que concerne ao cumprimento de metas e prazos, à informação, ao debate e ao processo decisório), patente quer no relativo pessimismo expresso pelos observadores privilegiados, quer na enunciação de eventuais riscos e desvantagens decorrentes dessa realização.

No que respeita ao destino a dar ao conjunto edificado, após as manifestações da Expo'98, as respostas incidem num figurino urbano polarizado, fundamentalmente, por actividades culturais e recreativas.

Aparecem, ainda, com regularidade, referências a funções como o espaço residencial, os espaços verdes, os serviços, a actividade científica e o ensino. O desporto, o comércio e, sobretudo, a indústria têm uma importância relativa menor.

A actividade sócio-económica no seu conjunto (serviços, comércio e indústria) tem um peso relativamente pequeno quando confrontada com as ocupações associadas à cultura, recreio e desporto, ou mesmo quando comparada com o conjunto relativo à ciência e ensino.

Mais, se tivermos em conta a associação, recorrente nas respostas dos inquiridos, entre os conjuntos «cultura, recreio e desporto» e «ciência e ensino» (patente em propostas como a de um «centro de divulgação científico-cultural de carácter lúdico»), é evidente o acento posto na actividade cultural e recreativa, em sentido lato, como aquele que, segundo os respondentes, deverá ser o fulcro de animação urbana do local da Expo'98, terminada esta. O que se revê, ainda, na opinião significativa de que as «funções» presentes na Expo'98 se devem manter, globalmente, no futuro (oceanário, pavilhão multi-usos, etc.).

Esta ênfase nas actividades culturais como destino desejável para as utilizações do espaço da exposição pós-Expo'98 não pode desligar-se do carácter igualmente cultural da própria Expo'98, afirmando-se, pois, uma continuidade de usos, o que vem repor a questão enunciada a propósito da orientação deste projecto. Questão esta que entra profundamente no âmbito da gestão e planeamento do projecto (área problemática, na opinião dos inquiridos, como verificámos anteriormente) e explicitada por alguns observadores quando receiam uma «secundarização da vertente

projecto cultural» ou quando defendem uma perspectiva que valorize não apenas uma «política de desenvolvimento da cultura», mas sobretudo uma «política cultural de desenvolvimento».

Uma maioria considerável dos observadores inquiridos centra a questão das vantagens/desvantagens em torno dos impactes da Expo'98 em termos urbanos e sócio-económicos, mas alguns, ainda que minoritários no conjunto, referem-se, também, aos conteúdos inerentes à exposição. Chega mesmo a ser formulado um alerta, por parte de um dos entrevistados, relativamente à menor importância pública do debate sobre estes conteúdos: «Este carácter meramente 'pretextual' não me parece augurar nada de bom. Dificilmente se conseguirão resultados de qualidade, contributos inovadores, coerência de projectos, envolvimento múltiplos e empenhamentos fortes se a realização da Expo'98 não disser nada de especial — aos lisboetas e aos portugueses — enquanto conteúdo. Em resumo, se a Expo não for realizada também como projecto cultural, e não só como projecto urbanístico e como projecto turístico».

Se, como vimos atrás, o critério inicial para a decisão sobre a realização deste tipo de eventos a nível mundial era, precisamente, o seu conteúdo, e se hoje é cada vez mais a potenciação de transformações urbanas profundas, esta resposta ilustra bem a preocupação de que uma excessiva atenção relativa aos aspectos urbanísticos do projecto, minimize aqueles que são, afinal, os seus fundamentos, fragilizando a sua validade sócio-cultural e, portanto, também, o seu factor atractivo, socializante e projectivo.

Se se espera que a Expo'98, em Lisboa, venha a ser emblemática, dentro do género, no que se refere quer à atenção relativa ao destino a dar aos seus elementos após a fase expositiva, quer ao acento posto na requalificação e articulação urbanas do conjunto projectado, existe, no entanto, o risco de tal oportunidade urbanística ceder a um oportunismo «urbanístico». Os resultados desta eventual derrapagem parecem não ser difíceis de prever: se os conteúdos da Expo'98 não forem cuidados, a sua projecção e atractividade variarão na mesma proporção, as receitas diminuirão sobrecarregando o financiamento público, os objectivos urbanísticos iniciais poderão, então, ser revistos e reduzidos, e a abertura à intervenção privada poderá aumentar, com uma subsequente sobrecarga eventual da já excessiva oferta de terciário e de espaço residencial de preços elevados, excesso este que ameaça perversamente a própria comercialização e utilização do conjunto edificado. Isto é, poderão perder-se as oportunidades de comercialização imobiliária, a oportunidade turística e urbanística e a oportunidade expositiva.

Mais uma vez, aqui, impõe-se o desafio de saber como evitar matar a «galinha dos ovos de ouro», tendo em conta que, neste caso específico, parece não haver dúvidas — a galinha vem antes do ovo.

Notas

¹ Por exemplo, entre os especialistas encontram-se profissionais em áreas tão distintas como o ambiente, a arquitectura, a engenharia, as ciências sociais e humanas e o urbanismo.

² Este questionário foi enviado a um total de 78 observadores privilegiados. O inquérito realizou-se entre Fevereiro e Março de 1994, tendo-se registado no final deste período a entrega de 35 respostas (cerca de 45% dos questionários enviados).

³ O texto em itálico recobre citações de opiniões dos inquiridos.